

A audiência pública desta terça-feira (29) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre irregularidades em fundos de pensão foi marcada por divergências entre o presidente da Fundação dos Economiários Federais (Funcef), Renato Augusto Zagallo Villela, e a representante da Associação Nacional dos Beneficiários Reg/Replan da Caixa (Anberr), Maristela Guerra.

Além de discutir os planos para o reequilíbrio das contas da Funcef, a audiência também tratou da possível venda de ativos da Caixa, como loterias, seguros e cartões.

Segundo Villela, a gestão da Funcef tem enfrentado com “trabalho duro, focado e diuturno” os problemas decorrentes do desvio de recursos que levaram a entidade a ser alvo da Operação Greenfield, da Polícia Federal. Ele afirmou que a Funcef hoje se destaca pela baixa taxa de administração cobrada a seus participantes e pela elevada rentabilidade de seus planos de investimento, e lembrou que a capacidade técnica dos novos funcionários foi essencial para o ressarcimento de prejuízos de “anos de dificuldade”:

— Essa mudança de equipe foi fundamental para conseguirmos trazer para a Funcef R\$ 1,75 bilhões do acordo de leniência da J&F — afirmou.

Maristela Guerra, porém, apontou a falta de parecer técnico para vários investimentos da Funcef: ela destacou o caso da Sete Brasil, que teria tomado recursos de fundos de pensão em negócio de alto risco. Ao cobrar uma legislação mais rígida contra gestão temerária ou fraudulenta, Maristela pediu o retorno rápido dos recursos desviados, lembrando que os beneficiários da Funcef estão sendo submetidos a descontos exagerados para cobrir um rombo a que não deram causa.

— Somos nós, participantes, que sofremos os descontos nos contracheques que se sobrepõem a todos os outros descontos. Parece que a lei favorece quem comete ilícitos — lamentou.

Invepar

O desempenho negativo da Investimentos e Participações em Infraestrutura (Invepar), que teria dado grande prejuízo aos fundos de pensão, foi admitido por Renato Villela, que citou como exemplo de “erro de avaliação” a concessão da rodovia BR-040, em face de compromissos incompatíveis com os valores de outorga e de pedágio. Porém, ele negou que a Funcef tenha investido R\$ 300 milhões na Invepar.

— Não. Compramos debêntures da Invepar, que estão pagando IPCA mais 15%. Quero saber se alguém aqui conhece aplicação melhor que esta — indagou.

Maristela retrucou, apontando o mau desempenho da Invepar e a remuneração elevada em um cenário de juros baixos.

— Imagino o risco desse negócio: quanto maior o risco, maior a remuneração.

Descontos em folha

Villela também respondeu a questionamentos de Maristela Guerra sobre o aeroporto de Guarulhos, que pagaria um custo de outorga muito grande para uma operação que não gera lucros. Ele disse que Guarulhos deverá voltar a gerar renda para a Invepar e a Funcef mediante uma nova política de investimentos, “correta e segura” que aprenda com os erros do passado.

— Se esperam que os diretores indicados pela Caixa passem o tempo todo olhando para o retrovisor, estão muito enganados. Estamos preocupados com o que vem pela frente.

Maristela, porém, reiterou que “presente” dos beneficiários da Funcef é a expectativa de mais 17

anos de descontos em folha a título de equacionamento. O vice-presidente da Caixa, Roney de Oliveira Granemann, declarou o desejo comum de recuperação financeira da Funcef e redução dos equacionamentos.

Desinvestimentos

Thiago Souza Silva, diretor de finanças e controladoria da Caixa, associou o desinvestimento de subsidiárias do banco à valorização geral do conglomerado, resultado que atribuiu à qualidade da gestão. Segundo os dados que apresentou, a avaliação da Caixa cresceu de R\$ 10 bilhões para cerca de R\$ 50 bilhões, com valorização proporcional das subsidiárias.

— Estamos trabalhando arduamente para que seja uma operação de sucesso, que traga uma rentabilidade grande para a Caixa e seja do interesse do público — observou o diretor, lembrando a geração de tributos sobre os ganhos auferidos pela Caixa e pelo repasse de recursos ao Tesouro Nacional.

Fonte: Agência Senado, em 29.10.2019